

## Pavor e agonia em Pernambuco: ação guerrilheira internacional, imprensa e acordos governamentais (Brasil- Portugal, 1961-1970)

**Celia Costa Cardoso\***

Universidade Federal de Sergipe  
São Cristóvão, Sergipe, Brasil

**Recebido em:** 31 out. 2024

**Aprovado em:** 23 set. 2025

**Publicado em:** 30 abr. 2026

### Resumo

A pesquisa investiga as ações oposicionistas ao salazarismo português no território brasileiro, entre 1961-1970, com o intuito de problematizar o conceito de loucura aplicado a um evento político. Especificamente, busca compreender o sequestro do navio “Santa Maria” e seus desdobramentos, ocorrido em 22 de janeiro de 1961, sob o comando da Direção Revolucionária Ibérica de Libertação. Parte-se, assim, da identificação das ações executadas pelos comandantes da “operação militar” para analisar as dimensões afetivas e simbólicas da efeméride. A abordagem fundamenta-se em recursos teórico-metodológicos definidos pela História Política, concentrando-se nas implicações das relações entre política e emoções, a fim de compreender as trajetórias políticas de seus principais protagonistas, sobretudo durante os conflitos e negociações com as autoridades portuguesas, brasileiras e norte- americanas, no episódio que culminou no fim do sequestro do transatlântico “Santa Maria”, classificado como embarcação de luxo e ostentação, durante o governo de António de Oliveira Salazar (Presidente do Conselho de Ministros). Utiliza-se como fonte principal a grande imprensa, centrando-se na análise dos periódicos *Diário de Pernambuco* e *O Estado de S. Paulo*, além de documentos históricos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A investigação amplia o conhecimento sobre o cenário político brasileiro logo após a posse do presidente Jânio Quadros, marcado por negociações voltadas ao encerramento dessa ação antifascista, que mobilizou a diplomacia e as forças militares de diversos países. Busca, ainda, compreender o contexto histórico associado às emoções das experiências humanas inscritas nos discursos jornalísticos e literários.

**Palavras-chave:** Governo Jânio Quadros. Ditaduras Ibéricas. Navio Santa Maria. Imprensa Pernambucana.

\* Professora Associada da Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação de Ciências Humanas, Departamento de História. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo; Mestre e graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: celiacardoso@academico.ufs.br

 <https://orcid.org/0009-0008-6634-2878>

 <http://lattes.cnpq.br/8007241594971874>

## Fear and agony in Pernambuco: international guerrilla action, press and government agreements (Brazil-Portugal, 1961-1970)

Celia Costa Cardoso\*\*

Federal University of Sergipe  
São Cristóvão, Sergipe, Brazil

**Received:** 31<sup>st</sup> Oct. 2024

**Approved:** 23<sup>th</sup> Sept. 2025

**Published:** 30<sup>th</sup> Apr. 2026

### Abstract

This research investigates opposition actions against the Portuguese Salazar regime in Brazil between 1961 and 1970, aiming to problematize the concept of madness applied to a political event. Specifically, it seeks to understand the hijacking of the ship “Santa Maria” and its consequences, which occurred on January 22, 1961, under the command of the Iberian Revolutionary Directorate of Liberation. It begins by identifying the actions carried out by the commanders of the “military operation” to analyze the affective and symbolic dimensions of the event. This approach is based on theoretical and methodological resources defined by Political History, focusing on the implications of the relationship between politics and emotions, in order to understand the political trajectories of its main protagonists, especially during the conflicts and negotiations with Portuguese, Brazilian, and American authorities, in the episode that culminated in the end of the hijacking of the transatlantic liner “Santa Maria”, classified as a luxury and ostentatious vessel, during the government of Antônio de Oliveira Salazar (President of the Council of Ministers). The main source used is the mainstream press, focusing on the analysis of the newspapers *Diário de Pernambuco* and *O Estado de S. Paulo*, as well as historical documents from the National Archives of Torre do Tombo. The research expands knowledge about the Brazilian political landscape shortly after the inauguration of President Jânio Quadros, marked by negotiations aimed at ending this anti-fascist action, which mobilized the diplomacy and military forces of several countries. It also seeks to understand the historical context associated with the emotions of human experiences inscribed in journalistic and literary discourses.

**Keywords:** Jânio Quadros' Government. Iberian Dictatorships. Santa Maria Ship. Pernambuco Press.

\* Associate Professor at the Federal University of Sergipe, Center for Education in Human Sciences, Department of History. PhD in Social History from the University of São Paulo; MA and BA in History from the Pontifical Catholic University of São Paulo. Email: celiacardoso@academico.ufs.br

 <https://orcid.org/0009-0008-6634-2878>

 <http://lattes.cnpq.br/8007241594971874>

## 1. Introdução

Em 22 de janeiro de 1961, a história da oposição ao salazarismo português foi marcada pelo sequestro do transatlântico “Santa Maria”, classificado como embarcação de luxo e ostentação, durante o governo de António de Oliveira Salazar (Presidente do Conselho de Ministros). A investigação desse episódio de guerrilha internacional partiu da identificação, nas fontes, das emoções dos principais protagonistas envolvidos neste evento político. Entre seus membros, destacaram-se algumas lideranças políticas ibéricas, como o ex-capitão do exército português Henrique Galvão e os espanhóis Pepe Velo (professor e intelectual, que usava o pseudônimo de Carlos Junqueira de Ambia) e o ex-comandante da Marinha espanhola, Jorge de Sotomayor (alunha de José Fernando Fernandez Vásquez). Todos eram ligados ao Diretório (ou à Direcção) Revolucionária Ibérica de Libertação (DRIL), uma organização política de esquerda clandestina que preconizava a união ibérica contra os estados fascistas, espanhol e português, em defesa dos ideais de liberdade e justiça.

O DRIL foi criado por José Antonio Manuel Velo Mosquera (Pepe Velo) durante o seu exílio em Caracas, Venezuela (1945-1961), juntamente com José Fernandez e Manuel Rojas, com o propósito de derrubar os regimes ditatoriais ibéricos pela ação tática armada, rompendo com o pensamento pecebista ibérico de luta pacífica. Os primeiros atentados a bomba ocorreram em Madri, provocando perseguições pela polícia política e acirrando divergências entre as lideranças da organização e os dirigentes do Partido Comunista Espanhol (PCE). De acordo com Ludenbergue Góes (2011, p. 33-34), o DRILL “sem ser um partido de ideologia específica, inseria-se no espectro ideológico da esquerda, refutando as acusações de subordinação do comunismo da União Soviética”.

Os Estados fascistas constituíram e continuam exercer influência sobre movimentos políticos e sociais de natureza autoritária em diferentes contextos nacionais, ao longo dos séculos XX e XXI, configurando-se como uma forma de Estado de longa permanência histórica. O objetivo fundamental das esquerdas, em escala global, sempre foi o de enfrentá-los e combatê-los. As experiências do nazismo sob Adolf Hitler, do fascismo italiano liderado por Benito Mussolini e do franquismo espanhol sob Francisco Franco compartilham características centrais, como a ascensão ao poder por vias legais institucionais, o culto à personalidade do líder, a militarização da sociedade, nacionalismo exagerado, a repressão sistemática e o anticomunismo como elemento estruturante de suas polícias.

O franquismo consolidou-se após a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), estruturando-se como regime autoritário sustentado pela Igreja Católica, pelo Exército e por setores conservadores da sociedade. O controle social e a repressão política foram exercidos principalmente pela Polícia de Segurança e Investigação (Polícia Armada) e, posteriormente, pela Brigada Político-Social, instituições responsáveis por prisões, torturas e assassinatos de

inimigos, funcionando como instrumentos centrais do aparato repressivo do Estado franquista (1939-1975).<sup>1</sup>

Em Portugal, o discreto personalismo do presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, e a relativa ausência de mobilização de massas distinguiram a ditadura salazarista (1933-1968), de tendência fascista, de outros regimes similares. O Estado Novo português estruturou-se sobre bases corporativistas, na defesa do partido único e com o apoio de setores tradicionais - como a Igreja Católica, comunidades rurais e colônias de imigrantes espalhadas pelo mundo. Sob Salazar, institucionalizou-se a repressão e sofisticaram-se as técnicas de combate aos adversários políticos, culminando com a criação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), em 1945, que integrou estruturas reorganizadas de órgãos policiais anteriores. Esse órgão foi responsável por inúmeros assassinatos, torturas e prisões, além de impor censura à imprensa, aos intelectuais e aos artistas. A propaganda foi usada como instrumento de exaltação do Estado Novo (1933-1974) e de promoção do próprio líder do governo.<sup>2</sup>

Em suma, Francisco Franco e António Salazar desenvolveram políticas nacionalistas, conservadoras e autoritárias, apoiadas na Igreja Católica e na defesa da ordem. Embora não existam provas documentais conclusivas de uma cooperação formal entre as polícias políticas de Portugal e Espanha, é plausível supor que, em determinados contextos, ambas tenham atuado de forma articulada ou conivente, sobretudo em algumas ações repressivas contra opositores políticos transnacionais. O assassinato do general Humberto Delgado e de sua secretária, em 1965, pela PIDE, em território espanhol, constitui um importante episódio de “colaboração tácita” entre os regimes salazarista e franquista.<sup>3</sup>

- 
- 1 Sobre a Espanha franquista, os mecanismos autoritários de poder e a violência política, ver a coletânea: Arostegui (2012).
  - 2 Em 1968, o cargo de Primeiro-Ministro de Portugal foi assumido por Marcello Caetano, que deu continuidade à política salazarista. António Salazar, afastado em decorrência de problemas de saúde, permaneceu incapacitado até seu falecimento, em 1970. Sobre a ditadura salazarista e a atuação da PIDE, ver o trabalho de Pimentel (2006).
  - 3 Na obra dedicada à PIDE (1945-1974), Irene Pimentel (2006) realiza um balanço detalhado das principais interpretações historiográficas portuguesas acerca da estrutura e do funcionamento da polícia política durante o regime salazarista, destacando as contribuições de Hermínio Martins e Manuel Lucena. A autora observa que, apesar das divergências analíticas, os intelectuais portugueses tendem a considerar quase um truísmo a existência de um certo grau de cooperação entre as polícias políticas de Portugal, Espanha e Alemanha.

No campo teórico-metodológico, este estudo orienta-se pelo entendimento do conceito de loucura, procurando compreender a dimensão não cognitiva dos atos políticos – expressões de medo, coragem, compaixão, ódio, bondade, maldade, tristeza, alegria – capazes de alterar os rumos de uma história planejada por onze meses em Caracas (Pinto, 2011, p. 25), redefinido metas e ressignificando resultados, tanto positivos quanto negativos. Dito isso, no estudo do sequestro do “Santa Maria”, compreendido pelo DRIL como parte de um “movimento insurrecional”, analisa-se o entrelaçamento entre racionalidades políticas e dimensões afetivas, tanto individuais quanto coletivas, evidenciado na documentação examinada e cruciais na tomada de decisões que desviaram o curso dos acontecimentos.

Os passos da pesquisa foram definidos a partir da relação entre História, política e emoções. A proposta de uma História Social das Emoções Políticas, defendida pelo historiador francês Christophe Prochasson (2005), permite ampliar os referenciais teóricos da história política renovada, por possibilitar ir além das decisões racionais, captando, na análise dos textos, sentimentos que envolvem e movem disputas e decisões em efemérides políticas, neste caso, o sequestro do paquete “Santa Maria”, afastando-se, assim, de pesquisas centradas exclusivamente em resultados finais demarcados por sucessos ou fracassos. Nesse sentido, para Prochasson (2005, p. 305):

Mesmo várias vertentes da História Política fizeram das emoções um objeto estranho às suas discussões, ao optarem pelo estudo exclusivo dos aspectos cognitivos da política, e ao pressuporem serem os sujeitos plenamente conscientes e racionais, orientando-se apenas pelo impulso de satisfazer seus interesses, ou pela fidelidade a suas ideias. Contudo, novas perspectivas historiográficas apontam para a possibilidade de se agregar as dimensões simbólicas e afetivas ao estudo da política. (Prochasson, 2005, p. 305).

Embora, nesta pesquisa, a perspectiva centrada nas racionalidades políticas esteja presente na observação e análise dos fatos passados, estabelece-se também uma articulação com a percepção das emoções nos discursos políticos, jornalísticos e artísticos dos personagens envolvidos na ação que resultou no sequestro do navio “Santa Maria”, de modo a ressignificar a compreensão desse fato. A investigação mantém-se aberta a explorar novas frestas de percepção na análise dos posicionamentos e das negociações realizadas por autoridades portuguesas e brasileiras, em especial nas ações que levaram ao fim do sequestro, no início de fevereiro do mesmo ano. Foi assim, por meio de narrativas construídas por jornalistas no cotidiano de suas redações e/ou nas ruas, submetidas ou não à censura e veiculadas pela imprensa de diversos países, como Inglaterra, Portugal, Estados Unidos, Brasil, e algumas nações africanas, entre outros, que se conheceu o desfecho desse ato revolucionário internacional em solo brasileiro e as expectativas criadas por ambos os lados: governos e ativistas antifascistas.

O estudioso da História das Emoções Gabriel Castanho (2019, p. 39) sistematizou a

abordagem “construcionista”, embasando-se nas teorias de Lila Abu Lughod e Catherine Lutz (1990). Essas autoras, influenciadas por Michel Foucault, associaram os estudos sociais das emoções à questão do poder e do discurso. A prática discursiva, compreendida com o espaço de troca de experiências cognitivas e emocionais, exprime emoções socialmente construídas. Compartilhando dessa perspectiva, esta investigação buscou identificar e captar marcas de sensibilidades nas fontes históricas analisadas, orientando-se por teorias que interconectam emoções, poder e política a partir do pensamento foucaultiano de poder - fundamentado na hierarquização e em suas manifestações difusas nas relações sociais (Foucault, 2010).

O propósito desta pesquisa não partiu de uma sistematização teórica das distintas interpretações do conceito de loucura no campo da medicina ou da psicanálise. A análise orientou-se, antes, por possíveis abordagens das emoções expressas em experiências humanas durante regimes ditatoriais. A ideia de loucura, pensada por Foucault como construção social, modifica-se de acordo com as especificidades históricas de cada época. Ela mobiliza não apenas a noção de estado mental, mas configura-se também como uma teia de poder das relações sociais, com seus julgamentos, definições e classificações de ajustados e de desajustados (Foucault, 2017). Assim, a conjugação entre a História das Emoções e uma História Política renovada permitiu ampliar o entendimento dos processos históricos e de seus protagonistas, evidenciando a importância das emoções como componentes estruturantes da ação política e das práticas sociais.

Desse modo, buscou-se identificar e extrair das fontes expressões de dimensões afetivas que revelam uma concepção de história feita por homens e mulheres concretos, atravessados por emoções e racionalidades políticas. Tais emoções serviram, muitas vezes, como instrumentos de mobilização individual e coletiva – como, por exemplo, o pânico social gerado e disseminado pelas forças dominantes em torno do sequestro e do confinamento de grande número de reféns.

Os jornais *Diário de Pernambuco* e *O Estado de S. Paulo* foram destacados como fontes pela riqueza de detalhes das informações, pela capacidade analítica do periódico pernambucano ao tratar um evento local e após o fim do sequestro, pela guarida oferecida a um dos principais protagonistas da ação após o convite de um dos responsáveis pelo jornal paulista. O acesso aos exemplares ocorreu por meio do site da Biblioteca Nacional Digital (Hemeroteca) e por assinatura *online* de *O Estado de S. Paulo*, para acompanhar os desdobramentos do sequestro no Brasil até sua resolução final, nos meses de janeiro e fevereiro de 1961. Utilizando técnicas de análise de discurso, com base nos estudos Luiz Fiorin (1988), buscou-se desconstruir o discurso de “neutralidade” jornalística, procedendo à análise do conteúdo de cada matéria, atentando à autoria e à ideologia propagada no texto, compreendida como uma visão de mundo. Outros indícios também foram considerados, tais como o espaço ocupado pela matéria no jornal, as fotografias veiculadas e um olhar diferenciado sobre colunas de opinião, cartas de leitores e entrevistas – seções que expressavam pensamentos mais livres. A mesma metodologia foi aplicada ao jornal *O Estado de S. Paulo*, embora a seleção das matérias tenha sido aleatória e de caráter complementar.

Desenvolveu-se, desse modo, ao longo da seleção e análise de uma documentação diversificada, o método qualitativo de análise, uma vez que o interesse principal foi compreender os desdobramentos diários de uma ação guerrilheira internacional atuante em território nacional. A trama dos acontecimentos, os conflitos gerados e os avanços e recuos nas negociações foram amplamente veiculados pela imprensa nacional e internacional. A escolha do *Diário de Pernambuco*, órgão de maior representatividade da grande imprensa local, como fonte principal, revelou-se de grande potencial para uma microanálise dos fatos, devido à publicação de entrevistas com autoridades e ativistas, reproduções de matérias jornalísticas externas, entre outras possibilidades. O periódico funcionou como mediador de interesses contraditórios, abrindo um canal de fala e de reivindicação dos adversários antifascistas. De linha política liberal-conservadora e com interesses mercadológicos claros, o *Diário de Pernambuco* apoiava os governos envolvidos na busca de uma solução definitiva para a libertação dos reféns. Mesmo cômico de suas imprecisões, justificadas pela pressa e pelas incertezas no momento, as matérias jornalísticas são, muitas vezes, utilizadas como comprovação jurídica, podendo servir à prática investigativa policial, ao revelar pistas e distintos posicionamentos de testemunhos coetâneos, bem como, neste caso específico, foi também, utilizada para divulgação de mensagens dos revolucionários estrangeiros às autoridades e à população em geral.

Outras fontes, reunidas durante pesquisa presencial desenvolvida no Fundo Salazar, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), incluem reportagens de jornais portugueses e internacionais, telegramas, boletins e comunicações internas relativas ao episódio. Por se tratar de documentação produzida e/ou reunida pelo governo salazarista - submetida à censura e voltada à solução rápida da crise - evidencia-se a visão dominante de um estado ditatorial. No entanto, a análise qualitativa dessas fontes permitiu aprofundar o entendimento dos trâmites políticos e observar nelas a presença de emoções individuais e coletivas.

Destaca-se, ainda, uma peça de teatro produzida por uma das lideranças do evento, Henrique Galvão, que possibilitou identificar a sensibilidade do autor em relação ao tema da loucura e sua alusão à prática psiquiátrica naquele contexto. Como político e intelectual, Galvão não se limitou à militância: crônicas de sua autoria também foram publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* na década de 1960.

Consoante a isso, no campo teórico-metodológico, a abordagem das relações entre emoção, poder e política parte de uma compreensão relacional entre emoção e razão, afastando-se de visões dicotômicas.<sup>4</sup> De forma sucinta, a perspectiva analítica adotada

4 A ideia de não separar razão e emoção é dominante no campo da História das Emoções. Sobre essa afirmação, ver os trabalhos de Castanho (2019) e Lindner (2013).

orientou-se pela identificação de registros de sensibilidades nas fontes selecionadas, de modo a perscrutar como as emoções se revelaram, as práticas emotivas e a tradução das emoções em linguagem. As linguagens da emoção manifestam-se, de forma explícita ou implícita, nos discursos jornalísticos e literários, evidenciando sentimentos de afeto, ódio, raiva, medo, entre outros (Castanho, 2019).

Assim, reações de “inseguranças” ou condutas tidas como “vacilantes” em momentos políticos decisivos – especialmente em menções feitas a um dos principais líderes da guerrilha - podem ser associadas a um universo de práticas culturais das esquerdas revolucionárias, vinculadas à defesa de uma sociedade mais igualitária e humanista. Os adversários antifascistas, nesse contexto, corriam inúmeros riscos na operação militar. Ainda que houvesse tentativas de controle das ações e das declarações públicas, as emoções se manifestavam nas entrelinhas das fontes analisadas, revelando dimensões humanas que atravessam o discurso político e a prática.

## 2. Como o Brasil constitucional entrou na jogada?

Interessa-nos, aqui, compreender as perspectivas da grande imprensa brasileira, bem como o dossiê ou conjunto de documentos sobre o caso do sequestro do pacote “Santa Maria”, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa,<sup>5</sup> entre outras fontes. Nele, deparei-me com diversas notas elaboradas por funcionários da PIDE, voltadas à sistematização das inúmeras matérias publicadas por periódicos nacionais e alguns internacionais não submetidos ao rigor da censura. Os telegramas foram também trocados de forma aberta ou sigilosa, e boa parte deles foi interceptada pela censura do governo português quando direcionados às suas agências de notícias.

A Comissão de Censura, agindo diretamente nas redações ou por meio de telefonemas aos seus chefes, ordenava a suspensão, o corte ou a alteração do conteúdo de certas reportagens, sob ameaça de punição. Os enfrentamentos eram recorrentes, particularmente com a equipe do Jornal de Notícias (JN), publicação da cidade do Porto. Alguns dos telegramas censurados, endereçados a esse jornal, traziam descrições da embarcação de luxo capturada pelos revolucionários, bem como da operação militar e de seus integrantes. O jornalista Pinto Garcia (2011, p. 7), que atuou nessa empresa por 25 anos e alcançou o posto de editor-chefe, guardou e posteriormente analisou esses telegramas censurados. Eles foram reunidos e discutidos na obra de memória *Como a censura assaltou o “Santa Maria”* (2011). O autor comenta, em alguns trechos, suas vivências durante o sequestro: “Nunca tinha participado em algo com dimensão semelhante. Seria assim nessa noite e nos dias seguintes, uma dúzia de

5 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Assalto ao pacote “Santa Maria”*. PT/TT/AOS/D-M/29/24/3. Cota Atual: Arquivo Salazar, PC-63, cx636, PT19. Datas: 1961(de janeiro de 1961 a julho de 1962).

dias de corta, corta, corta. À intervenção diária da Censura já estava habituado, porém, com aquela dimensão, jamais" (Garcia, 2011, p. 15).

A narrativa jornalística de Pinto Garcia (2011) apresenta a ação guerrilheira como um ato inesperado, cujo teor de surpresa pegou todos desprevenidos. Para ele, "O assalto que levou meses a preparar não iria conseguir atingir os objetivos propostos. Mas foi um ato único, sem antecedentes conhecido a nível mundial" (Garcia, 2011, p. 15). O jornalista relata, ainda, como escapava dos censores com inteligência e astúcia diante das arbitrariedades impostas. Houve, contudo, limites nesse enfrentamento: alguns profissionais recorreram ao exílio diante das atitudes inflexíveis e ameaçadoras dos censores. Parte da população portuguesa, cultivadora da apatia ou da exaltação a Salazar, teve dificuldade em receber informações contraditórias sobre as crises políticas, sociais e econômicas que assolavam o país.

Ludemberque Góes (2011, 69), jornalista de *O Estado de S. Paulo* por mais de trinta anos, informa da participação no sequestro de dois jornalistas portugueses exilados, Miguel Urbano Rodrigues e Vitor José da Costa Cunha Rego, que também trabalhavam para este periódico, como operadores da ação em solo brasileiro. Góes também menciona a presença do general Humberto Delgado (1906-1965), que entrou no Brasil como exilado em janeiro de 1959, após meses de negociações entre o embaixador brasileiro em Lisboa, Álvaro Lins, e Salazar, pela sua liberdade.

Delgado havia sido candidato às eleições presidenciais de junho de 1958 contra o situacionista Américo Tomás. Derrotado, o ex-membro do governo foi perseguido por agentes da PIDE, pois continuava a denunciar o mandatário português e a espalhar acusações de fraude eleitoral. Em 12 de janeiro de 1959, "refugiou-se no consulado do Brasil, em Lisboa, e pediu asilo político" (Góes, 2011, p. 75). No exílio, Humberto Delgado e Henrique Carlos Malta Galvão mantiveram contatos, embora o general "não teve participação direta no sequestro do "Santa Maria", mas teve papel importante no desfecho da ação" (Góes, 2011, p. 70). O ex-capitão Galvão, um dos responsáveis pela campanha eleitoral de Delgado em Lisboa, acabou preso, fugiu após um ano e se refugiou na embaixada da Argentina, de onde partiu para o exílio, alcançando a Venezuela, local de encontros entre Pepe Velo, Galvão e outros integrantes do DRIL, para executar o plano da ação armada. (Góes, 2011, p. 63).

Do planejamento do ato, da ação em si e de seu desfecho, este caso oferece inúmeras possibilidades de investigação. Interessa-nos, porém, compreender as mudanças de rumos e o motivo da escolha do Nordeste como palco das negociações pelo fim do sequestro. Nesse sentido, destacamos o momento do desvio do pacote da região caribenha para o território nacional, ocorrido de forma improvisada e rompendo com o planejamento inicial da operação, com sua ancoragem na costa de Recife - PE, dentro de um campo de incertezas sobre a provável escolha do porto para transbordo dos passageiros. Para Pinto Garcia (2011, p. 16):

As intenções de Galvão e dos seus companheiros foram toldadas por um inesperado acontecimento, logo no início daquilo que ele batizaria de "Operação Dulcineia", nome que recordava uma aventura de D. Quixote. O

capitão acabaria por reconhecer, mais tarde, (...7 crônicas) que uma falha na tomada do navio provocando um morto e dois feridos, e que a ausência de uma capaz assistência médica a bordo o levou, por uma decisão humanitária, a efetuar um desembarque, frente à ilha S. Lúcia, nas Caraíbas, e que isso o viria a denunciar, com a chegada a terra de uma lancha do “Santa Maria”. A operação de socorro improvisada e levada a efeito frente à ilha levaria, em poucas horas, à descoberta do assalto e à localização do “Santa Maria” pela aviação norte-americana que controlava aquela área.

Assim, os primeiros passos de Henrique Galvão, líder principal da operação militar oposicionista eleito pela imprensa pernambucana e conhecedor das questões africanas, consistiram em embarcar clandestinamente, ao lado de mais três pessoas, em Curaçao, nas Antilhas Holandesas. A ação também visava estabelecer contato com comitês de libertação das colônias africanas, principalmente de Angola.<sup>6</sup> O *Diário de Pernambuco* apresenta várias matérias divergentes a respeito desse interesse dos guerrilheiros, principalmente de Galvão, em colaborar com os movimentos anticoloniais africanos.

Ao chegar a bordo do “Santa Maria” em Curaçao, após uma viagem de avião proveniente da Venezuela, o grupo de H. Galvão uniu-se aos outros revolucionários do DRIL, embarcados no porto La Guaira (próximo à capital, Caracas). Seguindo o planejamento, tomaram de assalto o navio de passageiros na madrugada do dia 22 de janeiro, subordinando tripulantes e passageiros, a maioria de classe social abastada. O plano dos portugueses dessa ação de guerrilha internacional visava o desembarque em Luanda, Angola, para, a partir dessa cidade, organizar o movimento que resultaria na derrubada do salazarismo e do franquismo.<sup>7</sup> Antes, porém, de efetivar este propósito, o pacote foi encontrado nas águas do Atlântico por aviões e unidades de guerra da Marinha norte-americana. Com a crescente divulgação de notícias, a perseguição tomou uma nova dimensão, envolvendo embarcações e aeronaves de várias nações, o que forçou o desvio da rota inicialmente estabelecida, levando o transatlântico a alcançar a costa nordestina, de onde se iniciaram as negociações pela ancoragem, possivelmente no porto de Recife (PE) ou em outra localidade.

Aquilo que alguns classificaram como “vacilo”, “humanismo exagerado”, “erro”, “fuga dos caminhos planejados”, na verdade, constitui o ponto central da análise deste evento político: compreender as denominadas “ações vacilantes”. Em situações de conflitos e de

6 O ex-capitão embarcou portando um passe de visitante, fornecido pela Companhia Colonial de Navegação, a fim de que seu nome não constasse na lista de passageiros. Viajavam com ele mais três portugueses: José F. de Oliveira, Jorge P. de Barros e Gracia no Esparrinha (Góes, 2011, p. 81).

7 O local previsto para o desembarque dos revoltosos é motivo de controvérsias. Segundo L. Goés (2011), nas páginas 205 e 207 (1º parágrafo/ final da citação) a escolha do fundador do DRIL, Pepe Velo, recairia sobre Fernando Pó (Guiné Equatorial), onde ele havia estado exilado por alguns anos.

decisões complexas, como no caso desta ação guerrilheira, os sentimentos e emoções dos personagens afloraram e, não raro, influenciaram os rumos a serem tomados. Capturar esses momentos de ação e pensamento, presentes na documentação arquivística, foi o nosso intuito, a fim de compreender as emoções articuladas às racionalidades políticas dos acontecimentos históricos.

Um fator a considerar, em relação aos periódicos nacionais, foi a liberdade de expressão. Parte da grande imprensa não se subordinava ao controle da censura direta durante os regimes constitucionais de Juscelino Kubistchek (1956-1961), de Jânio Quadros (1961) e, posteriormente, nos anos iniciais da ditadura cívico-empresarial-militar, tendo em vista o apoio de muitos desses veículos ao Golpe de Estado de 1964, entre eles, *O Estado de S. Paulo*, *Diário de Pernambuco*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*. Outro fator complementar e decisivo a avaliar foi a função social assumida por esses periódicos selecionados, que, como órgãos tradicionais da grande imprensa brasileira, transmitiam confiança e credibilidade aos serviços prestados. Eles ampliaram sua importância como produtores e divulgadores de informações, e mais ainda, como mediadores das negociações entre governos e protagonistas da ação guerrilheira. O *Diário de Pernambuco* contribuiu para exercer pressão junto a seu aliado político Jânio Quadros, buscando a solução imediata do caso. A fotografia, recurso amplamente empregado à época, ia além da função ilustrativa: reforça a noção de verdade do acontecimento e ampliava o público-leitor, oferecendo a possibilidade de acompanhar o episódio apenas pelas imagens.

Além da função de mediação do *Diário de Pernambuco*, algumas matérias tranquilizavam os brasileiros, assegurando que não havia nacionais entre os atingidos; outras, porém, revelavam o desejo de liberdade de H. Galvão contra qualquer tipo de opressão, bem como a expressão de sentimentos de “dignidade” e “humanismo”.<sup>8</sup> A imprensa brasileira revelou, naquele momento inicial das negociações, informações desconhecidas sobre a presença ou não de brasileiros a bordo do “Santa Maria”. É provável que alguns tenham desembarcado no porto de Recife, em 2 de fevereiro de 1961, embora as informações sobre as nacionalidades de todos os turistas a bordo fossem contraditórias.

As notícias evidenciavam as diversas nacionalidades envolvidas, em sua maioria, americanos, portugueses e espanhóis e o compromisso do governo brasileiro em garantir segurança aos passageiros, posicionando-se como mediador do conflito junto às autoridades das Forças Armadas dos EUA. As negociações contaram com a permissão e o envolvimento direto da administração portuguesa, representada pelo cônsul Plínio Machado e integrantes da Marinha Mercante. Estes negavam, constantemente, as suspeitas de presença de agentes da PIDE em circulação no território nacional, inclusive de infiltrados no episódio. Essa

8 ANTT. Assalto a paquete “Santa Maria”. PT/TT/AOS/D-M/29/24/3. Cota Atual: Arquivo Salazar, PC-63, cx. 636, PT 19. Datas: 1961, (de janeiro de 1961 a julho de 1962). Nota de Henrique Galvão encaminhada à imprensa brasileira, “Santa Maria” para o diretor do jornal “Última Hora”, Rio de Janeiro, [s. d.], [s. p.].

informação também foi negada pelas autoridades brasileiras, apesar das desconfianças de alguns jornalistas e perseguidos políticos. Em declarações ao *Diário de Pernambuco*, Pelópidas da Silveira, governador em exercício, constatava que, apesar das suspeitas, não havia elementos da PIDE no Estado. Contrariando essa visão, L. Góes (2011, 16) menciona a atuação da PIDE nas colônias africanas, no Brasil e na França, “(onde mantinha espiões”.

Outro documento narra o salto de um tripulante ao mar, resgatado por funcionários da imprensa em uma lancha, revelando o desespero e a coragem de José Marques (“taifeiro”) ao arriscar a própria vida. Esse episódio ajudou a espalhar o pânico entre passageiros e sociedade civil sobre as incertezas do transbordo, e evidenciou, do ponto de vista da guerrilha, a fragilidade no controle da operação, uma vez que permitia o deslocamento de tripulantes e passageiros até ao convés do navio (era recorrente a presença de passageiros nesse espaço), algo comprovado por fotos e matérias da época, e a prática de um ato, dependendo da interpretação, poderia ser visto como tentativa de “suicídio”. Para as autoridades policiais, a saída de um tripulante do navio, sem permissão e com vida, representava uma oportunidade de coletar informações sobre o interior do navio e planejar uma invasão, caso as negociações não avançassem. A fonte ainda relata a prisão do comandante, capitão Mário Maia, em seu camarote, após recusar a ordem de Galvão de abandonar o navio. Também menciona que “[membros da tripulação aderiram [ao] bando [de] assaltadores”,<sup>9</sup> embora fossem recorrentes na imprensa diária comentários de resistência de parte da tripulação.<sup>10</sup> A atitude do comandante de permanecer a bordo com os passageiros até o desfecho da operação foi compreendida no discurso jornalístico local como um ato de coragem e de compromisso profissional, mas também como sinal da ambiguidade de Galvão e dos revolucionários quanto à decisão de assassinar ou poupar o comandante. Prevaleceu, ao final, o sentimento de compaixão, optando-se por mantê-lo preso em sua cabine, em nome do sucesso da prática política guerrilheira.

Ludenbergue Goés (2011, p. 89-90) observa que, diante das alternativas de rendição apresentadas por Galvão e outros integrantes do movimento, e em um momento de muita tensão, o comandante decidiu obedecer às ordens dos sequestradores sem resistência, permanecendo no comando de seus subordinados, agora guiados pelos revoltosos. Embora, em publicações posteriores, Henrique Galvão tenha “ridicularizado os patrícios”, tripulantes portugueses, com expressões ofensivas como “baixeza de caráter” e “honra desprezível”,

9 ANTT. Assalto ao paquete “Santa Maria”. PT/TT/AOS/D-M/29/24/3. Cota Atual: Arquivo Salazar, PC-63, cx. 636, PT19. Datas: 1961 (de janeiro de 1961 a julho de 1962). Presse Diário Popular Lisboa (Nota, 1345), [s. d.], p. 2. No que se refere às fontes portuguesas, optou-se por uma atualização linguística adaptada ao português do Brasil, bem como pelo preenchimento de algumas lacunas textuais, devidamente assinalados por símbolos de demarcação.

10 Quanto à adesão de parte da tripulação ao sequestro, Góes (2011, p. 69) menciona os nomes dos marinheiros Vitor Manuel F. D. Algarves e Joaquim de A. Tempero, bem como dos camareiros Hermegênio Antonio B. da Silva e José P. Tinoco.

Góes destaca o medo generalizado entre eles diante das possíveis interpretações e punições da polícia política salazarista.

Ainda segundo Galvão, ao ouvir o comandante que ‘o pior vai ser depois, com aqueles malandros da PIDE’, percebe o medo dos oficiais da interpretação que a polícia de Salazar pudesse fazer daquela decisão (antes outros tinham sido punidos por muito menos) e decide fazer a concessão. No auto de apreensão, ocupação e transferência do comando, admite que oficialidade do navio só muito coagida se dispusera a prestar obediência aos rebeldes. (Goés, 2011, p. 90).

As desconfianças das autoridades políticas e militares quanto à adesão de parte da tripulação à ação guerrilheira vieram acompanhadas do medo, entre os funcionários, de sofrer retaliações da polícia política portuguesa, acentuando sentimentos de angústia e pânico.

Consoante a isso, o tema da loucura sobressai da análise da documentação do sequestro do navio “Santa Maria”, gerando distintas interpretações: loucura associada a uma conduta social desviante e/ou loucura como doença mental. Observa-se que esse sentimento de “loucura” foi atestado em três momentos significativos desta ação de guerrilha:

1. Nos preparativos do assalto em si – a “loucura” ligada ao “ato de surpresa”, ao “fato inesperado” e à empatia pela utopia de uma sociedade democrática e antifascista ou para alguns, socialista. Nesse sentido, ela se manifesta na defesa de um projeto revolucionário dirigido pelo Diretório Revolucionário Ibérica de Libertação, que reuniu cerca de 24 ativistas políticos, de nacionalidades variadas, contra Estados fascistas.<sup>11</sup> Os termos atribuídos a eles, na grande imprensa e em documentos oficiais, foram de “loucos”, “malfeitores”, “terroristas”, “guerrilheiros”, “piratas”, entre outros, sendo predominante o de “terrorista”, associado à ideia de um crime político grave, de sequestro e privação da liberdade, que gerava pavor na sociedade civil. Já para os adversários das ditaduras, a ação guerrilheira, apesar do pânico social e político, alertava o mundo para as violações do Estado de Direito e estimulava o enfrentamento das crises políticas causadas por regimes ditatoriais de longa duração, como o salazarismo e o franquismo.

2. Nas decisões do comando – trata do episódio envolvendo o ex-capitão Henrique Galvão –, que o levaram a desembarcar nas proximidades da Ilha Santa Lúcia dois feridos e um morto da tripulação. Entre os feridos no assalto a ponte de comando encontravam-se o

11 De acordo com Ludenberque Góes (2011, p. 69), participaram também como integrantes do DRIL: os espanhóis, Victor José V. Perez (17anos), filho de Pepe Velo; Federico F. Ackermann (21anos), filho de Jorge Sotomayor; Manuel P. Rodrigues; José P. Martinez; Alfredo I. Ferro; Rafael Maria R. Ruiz; Fermin S. Fernandes; Basílio Losada; Manoel M. Bravo e Francisco R. Leal; e os portugueses, Luís Manuel M. de Oliveira; Felipe A. Viegas; Sérgio Alves; Leonardo; Esparrinha; Joaquim A. Gonçalves e José da C. Ramos.

praticante de piloto João Antonio Lopes de Sousa e o médico Cícero Campos Leite do serviço de Emigração, e o morto era o terceiro piloto João José Nascimento Costa. Para Sotomayor, este foi um “ato de loucura”; para outros, como o jornalista Pinto Garcia (2011), foi um “vacilo” do comandante H. Galvão.<sup>12</sup>

3. Na loucura como doença mental – trata do período de internamento de Henrique Galvão em clínica psiquiátrica durante o asilo político. Em entrevista dada a Pinto Garcia (2011), o professor e jornalista português João Alves das Neves, redator de *O Estado de S. Paulo* e tido como “democrata”, relata sua amizade com Galvão e o convite para trabalhar na seção de documentação do jornal, responsável pela organização de assuntos relativos à África. Galvão demonstrava familiaridade com o tema por ter servido, por alguns anos, o governo português nesse continente (Garcia, 2011, p. 8). Nesse período, ele escreveu sete crônicas e foi disputado por opositores da comunidade portuguesa paulista. Após alguns anos de exílio, porém, ficou doente e foi internado na Clínica Belavista, em São Paulo, onde faleceu em 25 de junho de 1970.

João Alves das Neves acompanhou o processo e contou que os proprietários do jornal ajudaram a financiar o tratamento. Galvão faleceu pobre e isolado, e a sua doença gerou controvérsias: Mário Soares chegou a visitá-lo na clínica, mas saiu sem ser reconhecido. Para João Neves e Pinto Garcia, Galvão faleceu em decorrência de um problema cardíaco (“aterosclorose”) (Garcia, 2011, p. 91); para João Céu e Silva (2011), a causa foi demência (“Alzheimer”). Assim, as emoções dos protagonistas movem e direcionam a história para o inesperado, conferindo singularidade ao acontecimento.

### 3. Múltiplos poderes: a “noiva da revolução” vira cenário de guerra

No plano político nacional, a conjuntura de 1961 foi marcada pela sucessão presidencial brasileira, com a substituição de Juscelino Kubitschek (PSD) por Jânio Quadros (UDN), tendo como vice João Goulart (PTB). Esse tema foi amplamente discutido no jornal *Diário de Pernambuco*, que como o caso do governo Vargas, a partir de 1945 e de quem era crítico, teve sua trajetória política atrelada à defesa de candidatos udenistas, tanto em nível nacional quanto local. Em Pernambuco, no ano de 1958, o corpo editorial do jornal apoiou o candidato Cid Sampaio (UDN) ao cargo de governador e, posteriormente, a candidatura de Miguel Arraes à Prefeitura de Recife, ambos eleitos por uma ampla coligação partidária.

12 Ludenbergue Góes (2011, p. 10) afirma que os revoltosos foram guiados por “sentimentos humanitários” ao desembarcarem os tripulantes feridos. Ele descreve o sequestro como um “exemplo de coragem, audácia e de amor à liberdade”.

No início da década de 1960, o jornal pernambucano veiculou a última mensagem de final de ano do presidente JK, dirigida ao povo brasileiro. Nela, o presidente faz um balanço de seu governo e manifestou apoio ao futuro presidente Jânio Quadros, a ser empossado em 31 de janeiro daquele mesmo ano (*Diário de Pernambuco*, 1º jan. 1961, p. 1). JK comenta, ainda, as polêmicas em torno de seu projeto desenvolvimentista, que, em sua visão trouxe progresso, bem-estar e modernização ao país ao propor, em seu Plano de Metas, um desenvolvimento acelerado da economia (“50 anos em 5”), voltado ao incentivo à industrialização e à entrada de capital estrangeiro, com a instalação de várias multinacionais, sobretudo do setor automobilístico. As críticas ao seu governo aparecem no discurso de JK por meio do termo “loucura”, usado de forma pejorativa por seus opositores em referência ao modelo econômico adotado. O presidente, entretanto, ressignifica o termo, afirmando que sua “loucura” foi benéfica, pois possibilitou o desenvolvimento nacional (*Diário de Pernambuco*, 1º jan. 1961, p. 1; 11).

JK ou Jânio, quem escolher? Alvo de críticas das esquerdas por sua postura discreta, anticomunista e de proximidade com Salazar, de quem se considerava amigo, JK não foi o escolhido para iniciar as negociações pelo fim do sequestro. Como hipótese para a preferência dos revoltosos por Jânio Quadros, o *Diário de Pernambuco* apresenta as dificuldades enfrentadas pelas forças militares durante a captura do navio, com também os comentários públicos de Luís Carlos Prestes, dirigente do PCB, que teceu críticas contundentes ao ex-presidente e à política desenvolvimentista, enquanto Jânio era visto como “mais compreensivo” e chegou a contar com o apoio de parte dos comunistas em sua candidatura às eleições presidenciais de 1960. Embora ambos os políticos fossem anticomunistas, declarações de membros da esquerda tendiam a influenciar a percepção dos revolucionários estrangeiros sobre a política nacional. O PCB valorizava, ainda, a proposta de Jânio (UDN) de executar uma política externa independente, bem como sua declaração informal de que mantinha amizade com H. Galvão e de que “dou-lhe todas as garantias”. (*Diário de Pernambuco*, 29 jan. 1961, p. 1; 7 jan. 1961, p. 5). Diante desse quadro, os revolucionários do DRIL aguardaram que Jânio Quadros assumisse o governo para iniciar as negociações com as autoridades civis e militares, visando à permissão para que o transatlântico português, perseguido por forças marítimas internacionais, pudesse ancorar em algum porto brasileiro e permitir o desembarque dos passageiros.

Neste contexto de posse presidencial no Brasil, os Estados Unidos também preparavam a sua sucessão presidencial, de Eisenhower para John Kennedy, um jovem ex-senador. Um dos últimos atos do ex-presidente dos EUA foi o rompimento das relações diplomáticas com Cuba, feita em associação com outros países, tendo como estopim a decisão de Fidel Castro em solicitar a redução do número de funcionários na embaixada norte-americana e acusá-los de fazer espionagem. A “tensão cubano-estadunidense” aumentou com a consolidação do socialismo no Caribe e a aproximação de Fidel Castro com o governo da URSS, NikitaKrushev.

A crise política internacional e o medo dos cubanos de uma possível invasão norte-

americano (*Diário de Pernambuco*, 4 jan. 1961, p. 1) repercutiram no cenário nacional durante a posse do novo presidente, com posições à direita de combate a expansão do comunismo no mundo, e à esquerda, de colaboração com a população cubana e com a política decolonial africana. E foi nesse contexto de polarizações e enfrentamentos que se iniciaram as negociações pelo fim do sequestro do paquete “Santa Maria”, em Pernambuco.

A escolha da capital pernambucana pelos revolucionários do DRIL para desenvolver a trama das negociações com as autoridades civis e militares de diversos países instiga a pergunta: por que Recife? No plano nacional, já se conhece o interesse dos revolucionários em negociar com o novo presidente da República (eleito pela UDN) e, por coincidência ou não, o estado de Pernambuco também era governado, no início da década de 1960, por um integrante desse partido, Cid Sampaio. No campo da segurança pública, o governador defendia a “unidade das forças armadas” e das corporações militares estaduais para combater a criminalidade (*Diário de Pernambuco*, 1º jan. 1961, p. 3).

Apesar da linha política conservadora, de direita e antitrabalhista, representada pela prática política do seu principal fundador, Carlos Lacerda, os udenistas pernambucanos contaram com a liderança de um usineiro conhecido por seus ideais progressistas, que, em processos eleitorais, se associou a uma ampla coligação de partidos políticos, como o PSD (Partido Social Democrático), PSB (Partido Socialista Brasileiro), PST (Partido Social Trabalhista), entre outros. O PSB tinha como líder Pelópides Silveira, vice-governador, e a Frente Popular levou Miguel Arraes à Prefeitura da capital (1960 - 1962), com o apoio de Cide Pelópides, que realizaram o desejo de fazer o seu sucessor. Antes disso, em 1959, Arraes havia chefiado a pasta da Secretaria da Fazenda no governo de Cid Sampaio.<sup>13</sup>

Miguel Arraes e Pelópides da Silveira foram lideranças tradicionais da política pernambucana e, muitas vezes, contaram com o apoio do PCB, sendo reconhecidos por seus esforços em construir uma gestão popular.<sup>14</sup> Compreende-se, desse modo, a conjuntura política local como democrática e interligada à nacional, ponto importante a considerar no momento da escolha dos revolucionários pela costa litorânea pernambucana, por oferecer reais possibilidades de promoção de negociação e de ancoragem do navio “Santa Maria”. Em janeiro de 1961, o governador Cid Sampaio ausentou-se do estado de Pernambuco, alegando compromisso em participar da posse do presidente Jânio Quadros, prevista para 31 de janeiro de 1961, em Brasília (*Diário de Pernambuco*, 4 jan. 1961, p. 11). Em decorrência, o vice-governador Pelópides da Silveira assumiu o comando das decisões relativas ao fim do

13 Posteriormente, nas eleições estaduais de 1962, Arraes lançou-se candidato e venceu o pleito, tomando posse como governador de Pernambuco pelo Partido Social Trabalhista (PST) e outras agremiações coligadas. Sua candidatura recebeu a oposição do então governador Cid Sampaio e de João Cleófas (UDN) (*Diário de Pernambuco*, 3 jan. 1961, p. 1; 5 jan. 1961, p. 2).

14 Com o golpe de Estado de 1964, ambos os políticos foram presos e tiveram seus mandatos cassados: M. Arraes (governador de Pernambuco, 1962) e Pelópides (prefeito do Recife, 1963).

sequestro no âmbito estadual, declarando “isenção” no caso “Santa Maria” e oferecendo apoio às autoridades envolvidas (*Diário de Pernambuco*, 29 jan. 1961, p. 5).

Em poucas palavras, a ocorrência inesperada da ação guerrilheira mobilizou diversas forças políticas e militares dos países envolvidos na resolução do sequestro, com a anuência da administração portuguesa. Um dia após a posse do novo presidente brasileiro, disseminaram-se especulações na imprensa diária, com idas e vindas, que evidenciavam a dubiedade no posicionamento de Jânio Quadros sobre as atitudes a serem tomadas nas negociações com os revolucionários.

O *Diário de Pernambuco*, desde os últimos dias de janeiro, já vinha publicando várias reportagens sobre o percurso do navio em alto mar em direção à costa brasileira, mas, ainda sem obter notícias de onde e de como seria sua ancoragem. A Marinha do Brasil se preparou para tomar o “Santa Maria” com os seus couraçados e buscou ocupar os portos de Salvador, Recife e de Fernando de Noronha, como possíveis pontos de desembarque. Os militares queriam evitar a ancoragem direta do transatlântico em qualquer um desses portos, por receio de que poderiam acontecer mobilizações locais a favor do movimento oposicionista contra o fascismo europeu. Nas conversas pelo fim do sequestro, muitas autoridades defendiam a garantia do transbordo dos passageiros em alto-mar, com rebocadores transportando até a costa litorânea.

Alegando ainda razões humanitárias, como salvar os reféns das mãos dos sequestradores, o governo recém-empossado do presidente John Kennedy buscou utilizar argumentos de geopolítica como estratégia para intervir no caso “Santa Maria”. No contexto internacional de Guerra Fria, marcado pelo antagonismo entre potências mundiais, o governo dos Estados Unidos procurou posicionar suas aeronaves em bases aéreas do Recife e de outras capitais próximas, banhadas pelo Oceano Atlântico, dada a menor distância em relação à Europa e à África. Nesse contexto, o *Diário de Pernambuco* entrevistou um professor de Direito Internacional da Universidade de Recife, a fim de discutir a questão da intervenção norte-americano sob o ponto de vista legal. Para o professor, o direito internacional, violado pelos revolucionários, legitimava a presença dos EUA ou de qualquer outra nação no episódio, desde que houvesse ajuste e respeito aos interesses do governo português. Quanto à possibilidade de vincular a ação guerrilheira à pirataria, o intelectual considerou-a improvável, pois o pirata age movido por ambições de riqueza, sem envolvimento com questões ideológicas. A perspectiva de luta coletiva presente entre os revolucionários, voltada à derrubada das ditaduras de Salazar e Franco, aproximava-se, portanto, das lutas empreendidas pelos movimentos africanos de libertação das colônias.

O *Diário de Pernambuco* expressou o pensamento daqueles que acreditavam que o efeito poderia ser o oposto ao pretendido pelos guerrilheiros, isto é, salvar o salazarismo. Para alguns jornalistas, a comoção social internacional gerada pelo sequestro, amplamente divulgada pela imprensa mundial, poderia inverter o posicionamento crítico de governos democráticos e populares em relação à administração de Salazar, despertando sentimento de compaixão por Portugal. Essa situação, de algum modo, resultaria em apoio à solução da crise

política dentro da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que discutia uma possível expulsão de Portugal devido à sua política colonial.<sup>15</sup> Contudo, compartilha-se mais amplamente a visão de que o sequestro fortaleceu o movimento oposicionista em escala global, inclusive a luta das colônias africanas contra a opressão. O ano de 1961 foi, assim, um marco de crise para o salazarismo português, pois a resistência africana, armada ou não, consolidava-se na defesa da emancipação dos territórios coloniais. Além disso, as ações de grupos oposicionistas portugueses, internos ou exilados, agravaram a crise das ditaduras ibéricas autoritárias.

Antecipando-se à solução definitiva do conflito, várias autoridades nacionais e estrangeiras reunidas em Recife discutiram uma forma de transportar, receber e alojar o grande número de passageiros, caso se concretizasse o ato de rebocar e ancorar o “Santa Maria” nas proximidades do porto, uma vez que não se achava prudente o desembarque direto no porto por receio de adesão de populares à causa revolucionária.

No calor das incertezas das negociações em alto-mar, a cerca de cinco milhas da costa brasileira, o almirante Allen Smith Júnior, comandante da Frota Naval norte-americana do Caribe, manteve conversas com o ex-militar do Exército H. Galvão, porta-voz do DRIL. O *Diário de Pernambuco* relatou, de forma recorrente, os interesses conflitantes em jogo: o transbordo dos passageiros ou uma provável ameaça de afundamento do navio pelos guerrilheiros. Nesse período, a Companhia Colonial de Navegação, proprietária da embarcação, entregou às autoridades uma lista com os nomes dos passageiros.

A obra jornalística de João Céu e Silva, 1961: o ano que mudou Portugal (2011), discute o sequestro do navio “Santa Maria” e a guerra colonial, apresentando uma entrevista produzida pelo advogado José António Barreiros, com um dos membros da ação, o português Camilo Mortágua (Célio Tavares Mortágua), realizada alguns anos após o evento. Nela, o jovem de 27 anos, então escriturário, comenta como os ativistas procuravam controlar o pânico entre os passageiros.

Um navio é como uma freguesia. Tomamos conta da junta de freguesia, da casa da eletricidade e do quartel da GNR e o problema está resolvido. O que é que fizemos? Dominámos o homem que ia ao leme, o da casa das máquinas e o radiotelegrafista, três pontos fundamentais, porque se qualquer um daqueles homens ousasse agir, comiam-nos vivos. E como ninguém esteve para ser o primeiro, tivemos o trabalho facilitado. É como aquele slogan do

15 Para os redatores do Diário de Pernambuco, Portugal saiu favorecido no episódio envolvendo a OTAN (NATO), pois, diante da gravidade das circunstâncias e da ameaça representada, os governos capitalistas ocidentais foram compelidos a posicionar-se em seu favor. Diversos países, como Estados Unidos, a Espanha e o Brasil, manifestaram solidariedade, disponibilidade de efetivos militares e recursos para a solução imediata do impasse político.

Maio de 68 “A imaginação ao poder”. Ali, a imaginação foi crucial, porque nós fizemos espalhar entre os passageiros que éramos muitos e com bastantes armas e metralhadoras e não havia nem uma. Chamar arma a uma Thompson velha e encravada é ir longe demais. Quando os americanos subiram a bordo, nós íamos passando essa mesma arma de uns para os outros para manter a ilusão. Foi muito fotografada, mas era sempre a mesma. (Mortágua *apud* Silva, 2011, p. 56-57).

Em síntese, considera-se que foi sob o comando de Henrique Galvão, indivíduo que, em décadas anteriores, mantivera proximidade com o governo de Salazar, que Camilo Mortágua e cerca de 23 ativistas políticos, de nacionalidades distintas, tomaram de assalto o navio de passageiro com aproximadamente 600 pessoas a bordo, em sua maioria portugueses, e 350 tripulantes, cuja rota final traçada para Miami (Flórida, EUA) (Silva, 2011, p. 45-53). As negociações para a liberação dos reféns ocorreram em solo brasileiro, sem a presença física de Salazar, mas como empenho de diversas autoridades, entre elas o cônsul português Plínio Machado. Registrou-se também a presença do exilado português Humberto Delgado, em Recife, como já mencionado, que após ser derrotado nas urnas em 1958, ficou conhecido como o “general sem medo”, exilando-se no Brasil. O *Diário de Pernambuco* publicou e fez circular diversas críticas sobre a passagem de Delgado pela cidade, repercutindo declarações de autoridades e insatisfações de leitores que consideravam um absurdo permitir que um asilado político tivesse poder para questionar e influenciar autoridades brasileiras, colocando-se ainda como representante dos revolucionários no Brasil.

O desenrolar das negociações, sob a direção do presidente da República, Jânio Quadros, logo após sua posse em 31 de janeiro de 1961, em Brasília, foi marcado por informações cruzadas acerca do interesse governamental em acompanhar de perto a situação, aumentando a tensão entre os governos estrangeiros envolvidos. O estopim foi a declaração do comandante do Terceiro Distrito Naval, Dias Fernandes, de que o novo governo exigiria a imediata libertação dos reféns, e em contrapartida, atenderia às solicitações do grupo guerrilheiro por combustível, alimentos e inclusive, pela posse do navio, rebatizado pelos ativistas de “Santa Liberdade”,<sup>16</sup> com o intuito de prosseguirem viagem até o destino inicialmente planejado, a Costa Africana.

Desde a posse até a demora de cerca de dois dias do governo Jânio Quadros em emitir uma declaração oficial sobre a ação de guerrilha, as polêmicas se avolumaram na imprensa, e as incertezas dominaram o destino dos passageiros. Contudo, quando a decisão foi finalmente anunciada, nos primeiros dias de fevereiro, e amplamente divulgada pela imprensa diária, tomou-se ciência do acordo selado entre o chefe da União e o grupo de revolucionários. O

16 *Santa Liberdade*, de Margarita Ledo Andiom, 2004 (Longa metragem, documentário).

entendimento foi realizado por meio de telegrama (radiograma), telefone direto e notas divulgadas na mídia (*Diário de Pernambuco*, 4 fev. 1961, p. 1; 6), gesto confirmado por outras normativas que estabeleciam o compromisso do governo em não importunar o grupo da organização armada, concedendo-lhes asilo político a posteriori, mediante requerimento judicial. Em contrapartida, os guerrilheiros se comprometeram a libertar os reféns em Recife e a entregar as armas. O *Diário de Pernambuco* noticiou ainda que já havia um mandado judicial circulando contra Galvão e seu grupo, expedido pela Justiça pernambucana, fruto de uma ação impetrada pela Companhia Colonial de Navegação para a devolução do navio aos seus proprietários. A decisão foi cumprida pelo governo federal, que devolveu a embarcação aos legítimos donos, segundo os jornalistas do *Diário*, após titubear no acordo e oscilar entre atender ou não às exigências dos revolucionários.

E foi então, que no dia 2 de fevereiro de 1961, após várias conversações, os rebeldes se entregaram ao governo brasileiro, e lutaram depois para conquistar seu asilo político. Alguns passageiros foram transferidos para o navio Vera Cruz, que deixou Recife em 5 de fevereiro, e chegou em Lisboa nove dias depois. Já o “Santa Maria” partiria de volta a Lisboa apenas em 7 de fevereiro, após passar por manutenção, e ser entregue aos seus proprietários. Com o avanço das negociações, Jânio concedeu asilo político aos guerrilheiros revolucionários, fato este que teve ampla repercussão na imprensa nacional e internacional e provocou também muitas divergências, como referido anteriormente. Um dos comandantes, o ex-militar H. Galvão, considerado por Ludenbergue Góis (2011) um “católico liberal”, permaneceu no Brasil na condição de exilado político, sendo disputado politicamente por parte da comunidade antissalarista portuguesa de São Paulo e sobrevivendo com os recursos do seu trabalho no jornal *O Estado de S. Paulo*. Contudo, entre alguns imigrantes portugueses, havia também um sentimento de desconfiança em relação a ele, devido à sua condição de ex-administrador colonial que agora se apresentava como dissidente.

Enfim, Ludenbergue Góis (2011) apresenta uma importante contribuição ao estudo desse acontecimento ao evidenciar o protagonismo dos espanhóis na ação guerrilheira. O comando da operação ainda hoje é objeto de disputas memorialísticas, sendo atribuído ora ao português Henrique Galvão, ora aos espanhóis Jorge Sotomayor e Pepe Velo. O *Diário de Pernambuco* seguiu a orientação do núcleo central dos guerrilheiros, definida no interior do navio, segundo a qual o ex-capitão H. Galvão atuaria como porta-voz do movimento, sendo um dos chefes das negociações, em conjunto com os comandos de Pepe Velo e Jorge Sotomayor. A visibilidade de Galvão, aliada aos interesses políticos que envolviam a escolha de uma liderança portuguesa, levou o jornal pernambucano, assim como parte da imprensa nacional, a concentrar-se nos feitos de Galvão. No relato jornalístico da operação, observa-se, praticamente, o silenciamento das vozes dos espanhóis, que aparecem em número reduzido de citações, geralmente, em reproduções da imprensa estrangeira (UPI).

#### 4. “Um caso raro de loucura”: O “Teatro dos Oprimidos” de Henrique Galvão

O intelectual e dramaturgo H. Galvão escreveu a peça “Um caso raro de loucura” com a finalidade de ser apresentada no Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa, no ano de 1950. O documento, com 29 páginas, foi submetido à Comissão de Censura do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, obtendo censura parcial, com parecer favorável.<sup>17</sup> O tema central da dramaturgia, apresentada em forma de comédia, é a loucura, representada por cinco personagens conduzidos pela narrativa de um psiquiatra, o Dr. Cláudio de Moura.

Com a forma de um ato, esse documento apresenta as representações de H. Galvão sobre a loucura, a prática de um especialista em doenças mentais (então compreendidas como “doenças nervosas”) e de seus pacientes. Nesse ato, o personagem principal, um médico psiquiatra, possui aparência de “louco” e é caracterizado por seu fanatismo pelo futebol (Sport Lisboa e Benfica), chegando a deixar os pacientes em segundo plano, diagnosticando patologias sem critérios ou utilizando o tempo das consultas para conversar com a secretária sobre os seus interesses, colocando suas atividades de torcedor como prioridade.<sup>18</sup>

A visão da psiquiatria e da doença mental em H. Galvão, tal como retratada nessa obra de ficção, não chegou a incomodar plenamente os censores, pois estava bem ajustada aos preconceitos da época: o especialista em saúde mental era visto sob lentes negativas, sobretudo, como “louco”, enganador e mentiroso. Apesar da presença, naquele contexto, de uma psiquiatria social com propostas mais avançadas de acolhimento de pacientes em colônias de lazer e trabalho, num momento de escassos avanços farmacológicos, Galvão ofereceu ao público uma perspectiva tradicional da psiquiatria, baseada em internações forçadas, crença em medicamentos inexistentes e valorização exclusiva das vozes familiares, por vezes autoritárias. A comédia, pouco inclinada ao riso, apresentou a ausência de sanidade mental do próprio médico em tom preconceituoso, embora alinhado aos valores culturais do período. Compreende-se, assim, que esse discurso literário de Galvão não contribuiu para alterar o comportamento político e social de parte da sociedade portuguesa. As poucas intervenções críticas do autor ao Estado Novo, como a menção ao medo da polícia, da censura e das multas, não chegaram ao público, tendo sido suprimidas pelos censores.

17 ANTT. Galvão, Henrique. Comédia em um ato. “Um caso raro de loucura”, n. 4028, em 27/03/1950, e censurada em 11/04/1950. No processo completo da Comissão de Censura consta a peça de teatro de Henrique Galvão e uma “comédia musicada”, de autoria de Maria da Graça Horta Pereira (n. do registro: 4027), intitulada “Ras...pa-te”. A presente pesquisa concentrou-se apenas na análise da peça de Galvão e nos cortes feitos pelos censores nas páginas 8, 9, 19 e 22, registrada pelo n. 4028, em 27/03/1950, e censurada em 11/04/1950.

18 *Ibidem*, p. 4. A peça teatral encontra-se em formato datilografado e manuscrito. Optou-se por utilizar a numeração de páginas referente ao processo completo (*Ibidem*, p. 1-36), uma vez que parte da paginação original da peça encontra-se apagada.

## Considerações finais

O transatlântico “Santa Maria”, que partiu de Lisboa em 9 de janeiro de 1961 para uma viagem regular até Miami, com escala prevista no porto venezuelano de La Guáira, foi surpreendido por uma ação guerrilheira antissalazarista e antifranquista no dia 22 do mesmo mês (1h45min). As divergências quanto ao comando principal da ação foram explicitadas nas fontes, evidenciando disputas de memória entre portugueses e espanhóis. Na visão de alguns portugueses, por um lado, o posto de liderança coube a H. Galvão, apoiado por Humberto Delgado e outros; por outro lado, nas memórias de alguns espanhóis, destacam-se as figuras de Jorge de Sotomayor e Pepe Velo. Sotomayor - ex-capitão naval de 65 anos, que teria servido à Marinha Republicana durante a Guerra Civil Espanhola – publicou posteriormente uma obra de memória intitulada *Eu roubei o “Santa Maria”*, na qual reforça sua condição de líder do movimento, desagradando alguns dos adeptos dos portugueses até hoje, como o jornalista Pinto Garcia (2011, p. 16). Do ponto de vista da imprensa diária brasileira, em especial do *Diário de Pernambuco*, H. Galvão destacou-se por ser português e um dos líderes da operação de sequestro e das negociações.

Enfim, as noções mais recorrentes sobre o episódio foram as de sequestro, assalto, ato terrorista e/ou pirataria, designações atribuídas por autoridades governamentais e pela grande imprensa. Em contrapartida, os executores preferiram empregar os termos captura e/ou apropriação da embarcação, numa tentativa de negar a existência de crime, difundido amplamente pela grande imprensa e geralmente associado à excepcionalidade de um ato político.

O governo brasileiro agiu em conjunto com outras administrações estrangeiras para formalizar um acordo que pusesse fim ao sequestro, atendendo tanto às solicitações dos proprietários do bem quanto às dos revolucionários, que já enfrentavam uma situação de precariedade no interior do navio. Essa prática política, permeada por diversas simbologias – como o poderio militar empregado, as embarcações numerosas, as bandeiras de diferentes nações, entre outros elementos -, resultou em uma negociação capaz de evitar o agravamento do confronto e a ocorrência de uma tragédia de maiores proporções. Assim, o navio foi devolvido à Companhia Colonial de Navegação, e aos opositores das ditaduras salazarista e franquista foi oferecida a promessa de anistia política, com a possibilidade de requerer judicialmente asilo no país. O episódio evidencia como grupos políticos e sociais podem se arriscar, com ou sem apoio popular, em defesa da liberdade e, nesse caso específico, movidos pela expectativa de derrotar regimes arbitrários, inflexíveis e de feição fascista. As disputas de memória em torno dos comandos desta operação de guerrilha, embora constituam uma linha investigativa relevante, não foram aprofundadas nesta pesquisa.

Além disso, o episódio do sequestro sugere um possível ato de loucura cometido por guerrilheiros ibéricos, mobilizados por projetos revolucionários e antifascistas, e na esfera do não-dizível, marcado por tentativas de controle das emoções dentro do grupo. O agir emotivo de lideranças e reféns pode revelar fragilidades, constituir uma ameaça e tornar-se fonte de

insegurança, com graves repercussões para as expectativas de sucesso da operação. Do ponto de vista das emoções do público leitor da imprensa diária, observa-se a mobilização de sentimentos de medo, pavor e comoção social, o que tende a direcionar boa parte dos leitores e formadores de opinião a apoiar a atuação das autoridades políticas e militares pelo fim do sequestro e pela libertação dos reféns.

## Referências

### Fontes audiovisuais

SANTA Liberdade. Direção: Margarita Ledo Andiom. Produção: Productora Cinematográfica Galega; CNAC; Filmanova; Tango Bravo; Textimedia; Grupo Novo Cinema; TVG. Espanha; Venezuela: [S. n.], 2004. 1 filme (90 min), son., color.

### Fontes impressas

*Acervo Estadão*

*O ESTADO de S. Paulo*. Acervo Estadão. São Paulo: Grupo Estado, 1875-2026. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/>. Acesso em: jan. 2024.

*Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro - Hemeroteca Digital*

*Diário de São Paulo*. São Paulo, 1865-1898. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709557/>. Acesso em: jan. 2024.

## Bibliografia

ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. Introduction: emotion, discourse, and the politics of every day life. In: ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. (Ed.). *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

AROSTEGUI, Julio (Coord.). *Franco: lar e presión como sistema*. Barcelona: Flor del Viento, 2012.

CASTANHO, Gabriel. A construção de uma comunidade sensível: corpo, afeto e emoção nos escritos de Guigol (Grande Cartuxa, 1109-1136). *PasadoAbierto, Revista del CEHis*, Mar del Plata, n. 9, Enero-Junio 2019.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

GARCIA, Pinto. Como a censura assaltou o “Santa Maria”. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2011.

GÓES, Ludenbergue. *O sequestro do Santa Maria: um sonho de liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LINDNER, Evelin G. O que são emoções? *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, p. 822–845, dez. 2013.

MOTA, Urariano. Carlos Pena Filho e o Recife. *Vermelho*, [s. d.]. Disponível em: <https://vermelho.org.br/columnista/urariano-mota/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PIMENTEL, Irene Flunser. *A Polícia Internacional de Defesa do Estado / Direcção-Geral de Segurança (PIDE/DGS)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.

PROCHASSON, Cristophe. Emoções e política: primeiras aproximações. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 305-324, jul. 2005.

SILVA, João Céu e. *1961: o ano que mudou Portugal. O que todos os portugueses devem saber*. Porto: Porto, 2011.